

# boletim

## Armas ligeiras e segurança humana

### A assistência aos sobreviventes de violência armada: um esqueleto no armário?

Este número do Boletim é consagrado a um aspecto muitas vezes negligenciado da proliferação e utilização abusiva de armas ligeiras e de pequeno calibre: os direitos e as necessidades das pessoas que sobrevivem à violência armada. Estes actos de violência, incluindo as tentativas de homicídio e de suicídio, constituem umas das principais causas de incapacidade<sup>1</sup>. É por esta razão que pretendemos desenhar um enquadramento mais lato do que o habitual, que possa incluir uma atenção especial às minas antipessoais e outros resíduos explosivos de guerra e, ainda, que permita identificar algumas áreas de especial preocupação.

Sem deixar de reconhecer a importância das iniciativas de prevenção da violência armada, convém igualmente ter em conta as necessidades e os direitos de milhões de indivíduos incapacitados ou traumatizados ano após ano devido a estes actos de violência armada<sup>2</sup>. A Organização Mundial de Saúde faz soar o alarme: as vítimas de violência apresentam um risco acrescido de cometer actos violentos sobre outros. Um aviso que justifica plenamente o direccionamento de maior atenção e recursos para o tratamento destas pessoas<sup>3</sup>. Infelizmente, nas

<sup>1</sup> OMS (2000), *Injury: A leading cause of the Global Burden of Disease*, Geneva. Disponível em: [www.who.int/publications/2002/9241562323.pdf](http://www.who.int/publications/2002/9241562323.pdf)  
Este artigo não inclui uma abordagem ao recurso legal.

<sup>2</sup> Para além da preocupação essencial, embora demasiado abstracta, em “reduzir o sofrimento humano”, exposta no Preâmbulo do Programa de Acção da ONU de 2001 sobre Armas Ligeiras (parágrafo 4), existe uma referência a algumas categorias de vítimas de armas ligeiras tais como mulheres, crianças e pessoas idosas (parágrafo 6). O Plano de Acção também chama a atenção para “as necessidades especiais de crianças afectadas por conflitos armados, em particular, a reunificação familiar, a sua reintegração na sociedade civil e a uma reabilitação apropriada (Secção II, parágrafo 22).

<sup>3</sup> Butchart A, *et al* (2004), *Preventing violence: a guide to implementing the recommendations of the World Report on*

### Neste número...

A assistência aos sobreviventes de violência armada: um esqueleto no armário? *páginas 1–4*

Sobreviver a violência armada na Guatemala *página 4*  
Parabéns ao Fundo Leahy de vítimas de Guerra da USAID, *página 5*

‘Agora não é o momento’: sobreviventes e o processo da ONU sobre controlo de armas de fogo *página 6*

Nas suas próprias palavras: O que pode fazer a comunidade internacional para melhor responder às necessidades dos sobreviventes da violência armada?

*página 7*

Síntese das notícias *página 8*

referências feitas às vítimas em declarações oficiais ou nos relatórios de ONG, “mulheres, crianças e pessoas idosas” são agrupadas como uma massa indiferenciada – ignorando o facto de, em todo o mundo, a maior parte das vítimas mortais e não-mortais de armas ligeiras serem homens, e jovens do sexo masculino em particular<sup>4</sup>.

O movimento de controlo de armas ligeiras tem ainda que começar a articular as necessidades e as realidades dos sobreviventes, mas muito pode ser já aprendido com as campanhas de eliminação das minas antipessoais ou com as vítimas de tortura. Para aqueles que trabalham ao nível da assistência, não faz sentido considerar apenas as necessidades das pessoas afectadas por um único tipo de armas. A categorização demasiado rígida das questões ao nível global nem sempre faz sentido no terreno, o que torna mais premente a tarefa de assegurar que existem sistemas de resposta implementados para *todas* as vítimas de violência. Uma aprendizagem determinante trazida pelo processo das minas antipessoais consiste em mostrar que, apesar de ser necessária uma abordagem específica da questão da incapacidade (incapacitação), esta deve fazer parte dos planos gerais de saúde, redução da pobreza e desenvolvimento e não ser tida em conta de forma isolada, competindo por recursos limitados. No contexto do crescente, embora ainda incipiente, interesse pelos sobreviventes de violência armada no processo de controlo de armas ligeiras das Nações Unidas (ver *pág.5*), vale a pena destacar o importante princípio da integração em lugar de segmentar respostas baseadas na diferenciação dos tipos de armas.

Ao nível nacional, no qual os serviços para os sobreviventes de violência armada devem ser prestados, um número crescente de Estados tem vindo a adoptar Planos Nacionais de Acção, de forma a promover mudanças legislativas, administrativas e institucionais necessárias como resposta a crises de violência com armas de fogo ou ao flagelo das minas

*Violence and Health*. Departamento de Prevenção de Ferimentos e Violência, OMS, Genebra, p. 61

<sup>4</sup> OMS (2002), *World Report on Violence and Health*, p. 25

antipessoais e outras armas. Estes planos nacionais constituem, ainda, uma oportunidade para identificar possíveis falhas em termos de prestação de serviços (incluindo sistemas de resposta de emergência), tratamento e serviços de reabilitação – relacionando-os com processos mais abrangentes para fortalecer os sectores da saúde, desenvolvimento e justiça. No entanto, dada a grande disparidade entre Estados no que diz respeito ao grau de reconhecimento e cumprimento das necessidades das vítimas, a acção ao nível global deve dar grande importância a estas necessidades e dirigir-se às questões de capacidade.

### **Quem são os/as sobreviventes de violência armada?**

Sobreviver à violência armada não é um facto que afecte apenas os indivíduos; este tem consequências sobre as famílias, as comunidades e as actividades sócio-económicas. Além das vítimas directas, também os familiares, colegas, conhecidos de alguém que sobrevive à violência armada vêem o seu bem-estar e mecanismos de adaptação social afectados.

Para os directamente afectados, as necessidades vão desde os cuidados médicos adequados para reduzir a gravidade dos danos, passando pelo tratamento de longo-prazo para danos permanentes, o apoio psicológico para ultrapassar o trauma, até ao acesso a assistência sócio-económica e formação profissional para facilitar a reintegração na vida económica e social.

Além disso, homens e mulheres experienciam frequentemente de forma bastante diferenciada a violência armada. Enquanto os homens são o maior grupo de vítimas directas, as mulheres estão sobretudo expostas a outras formas de trauma (dano) tais como violência sexual sob ameaça de arma. Há ainda que ter em conta que as mulheres assumem frequentemente um papel preponderante e não reconhecido nos cuidados prestados aos sobreviventes de violência armada.

### **Uma abordagem centrada nos direitos**

O direito à saúde é um direito reconhecido e protegido pelo Direito Internacional, inclusive pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, do qual são signatários cerca de 140 Estados. Autoridades competentes na matéria determinaram que este direito inclui "... assistência médica e serviços sociais necessários e o direito à segurança no caso de ... incapacidade ... ou outra forma de falta de subsistência em circunstâncias fora do seu controlo"<sup>5</sup>. Em 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena, 171 Estados afirmaram que "qualquer discriminação directa ou outro tratamento

<sup>5</sup> Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), Art. 25(1). Ver também o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1976), Art. 12(1)

discriminatório negativo de uma pessoa incapacitada é ... uma violação dos seus direitos"<sup>6</sup>. Existem, assim, obrigações claras de cumprimento dos direitos humanos pelos Estados no que diz respeito à prestação de cuidados médicos e serviços de reabilitação dos sobreviventes feridos ou incapacitados pela violência armada.

### **Aprendendo com outros processos**

#### **1. Rascunho do Tratado da ONU sobre os Direitos das pessoas com Deficiência**

As Nações Unidas estimam que aproximadamente 10% da população mundial – cerca de 600 milhões de pessoas – é afectada por incapacidades físicas (deficiências)<sup>7</sup>. Cerca de 80% das pessoas incapacitadas vive em países de baixo rendimento<sup>8</sup>. A parcela destes casos com origem na violência interpessoal ou nas armas ligeiras não é clara - realçando a necessidade de uma recolha de dados fiável que permita desenvolver e monitorizar políticas públicas. Suécia, Itália e Irlanda, entre outros Estados, têm defendido, desde meados dos anos 80, um tratado internacional que reconheça e proteja os direitos das pessoas com deficiência (incapacidade). No entanto, só em Dezembro de 2001, devido em grande parte aos esforços levados a cabo pelo México, foi adoptada, pela Assembleia Geral da ONU, uma resolução que estabelece um Comité *Ad Hoc* "para considerar propostas ... (para um tratado) inspiradas na abordagem holística patente nos trabalhos feitos nos campos do desenvolvimento social, direitos humanos e não-discriminação..."<sup>9</sup>. O enquadramento deve incluir *standards* e objectivos de desenvolvimento social e redução da pobreza, assim como promover princípios de direitos humanos. Com o fim das negociações previsto para o final de 2006, a Convenção promete contribuir de forma significativa nesta área complexa. Também representará uma mudança da perspectiva que procura perceber as causas das incapacidades para uma perspectiva que procura saber como as pessoas com incapacidades poderão ter acesso efectivo aos seus direitos. Especificamente, o texto do artigo 16 reconhece que as pessoas com incapacidade correm maiores riscos de serem vítimas de violência, danos corporais e abusos e que os Estados devem tomar as medidas legais

<sup>6</sup> Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, *Declaração e Programa de Acção de Viena* (A/CONF.157/23, 12 Julho 1993)

<sup>7</sup> Divisão de Estatísticas da ONU. Disponível em: [unstats.un.org/unsd/disability/](http://unstats.un.org/unsd/disability/)

<sup>8</sup> Helander, E (1998), *Prejudice and dignity: an introduction to community-based rehabilitation*, UNDP, New York, 2nd edition.

<sup>9</sup> Resolução 56/168 de Dezembro de 2001, ver também o *Ad Hoc Committee on a Comprehensive and International Convention the Protection and Promotion of the Rights and Dignity of Persons with Disabilities*. Working Group, Document A/AC.265/2004/WG.1, AGUN. Nova Iorque, 5-16 Janeiro 2004

adequadas para “promover a recuperação física, cognitiva e psicológica, a reabilitação e a integração social das pessoas incapacitadas que se tornam vítimas de qualquer forma de exploração, violência ou abuso, inclusive através da implementação de serviços de protecção”<sup>10</sup>. O artigo 25 do documento provisório enfatiza a necessidade do “mais alto nível possível” dos serviços, chamando a atenção para a necessidade de uma abordagem de género ao nível da elaboração e implementação dos mesmos.

## 2. Minas antipessoais e resíduos explosivos de guerra

A assistência às vítimas é um dos pilares do Tratado para a Proibição das Minas Antipessoais de 1997, o qual requer aos Estados que “providenciem assistência para o tratamento e reabilitação e reintegração social e económica das vítimas de minas”<sup>11</sup>. Em Maio de 1999, os Estados Parte criaram o Comité de Assistência às Vítimas e Reintegração Sócio-económica para aprofundar conhecimentos e desenvolver acções nestas matérias<sup>12</sup>. A sociedade civil, incluindo sobreviventes das minas antipessoais, participa activamente nos trabalhos do Comité. Em 1998, a Campanha Internacional para a Eliminação das Minas Anti-pessoais teve um contributo importante ao estabelecer um grupo de trabalho sobre assistência às vítimas, o qual desenvolveu um conjunto de *Directrizes para o Tratamento e Reabilitação dos Sobreviventes*<sup>13</sup>. Na primeira Conferência de Acompanhamento do Tratado, que decorreu em Nairobi em 2004, os Estados Parte identificaram seis áreas prioritárias: compreender o alcance do desafio colocado; emergência e cuidados médicos contínuos; reabilitação física, incluindo fisioterapia, tratamentos estéticos e aconselhamento; apoio psicológico e reintegração social; reintegração económica; e criação, reforço e implementação de leis relevantes e políticas públicas<sup>14</sup>. Durante o período 2005-2009, foram identificados 24 Estados Parte com números significativos de sobreviventes de minas, os quais irão receber atenção especial num esforço para melhorar a qualidade de vida dos sobreviventes de minas e outras pessoas

<sup>10</sup> Ver

[www.un.org/esa/socdev/enable/rights/ahc7ann2rep.htm](http://www.un.org/esa/socdev/enable/rights/ahc7ann2rep.htm) para o texto actualizado do Rascunho do Tratado.

<sup>11</sup> Tratado sobre a Eliminação de Minas Antipessoais, Art. 6.3

<sup>12</sup> O programa de trabalho é constituído por quatro comités, cada um deles reunindo duas vezes entre as reuniões dos Estados Parte. Os Comités Permanentes devem providenciar um fórum informal e permanente para o progresso dos objectivos humanitários do Tratado sobre a Eliminação de Minas Antipessoais. Para mais informação ver: [www.gichd.ch/279.0.html](http://www.gichd.ch/279.0.html).

<sup>13</sup> Ver [www.icbl.org/campaign/wg/va](http://www.icbl.org/campaign/wg/va) e [www.icbl.org/problem/solution/survivors/guidelines](http://www.icbl.org/problem/solution/survivors/guidelines)

<sup>14</sup> Relatório Final da Primeira Reunião de Acompanhamento dos Estados Parte do Tratado sobre Eliminação de Minas Antipessoais, APLC/CONF/2004/5, 9 Fevereiro 2005, parágrafos. 69-78.

incapacitadas<sup>15</sup>. Uma estratégia fundamental é a de incluir estas preocupações, de forma transversal, nos planos nacionais de saúde, de redução da pobreza e de desenvolvimento – um objectivo que pode ser alargado a todos os sobreviventes de violência armada. Também o Grupo de Trabalho sobre Outros Resíduos Explosivos de Guerra tem dedicado atenção aos sobreviventes, enquanto parte da Convenção sobre Certas Armas Convencionais. Uma análise apresentada em 2003 pela África do Sul apresenta com detalhe as necessidades dos sobreviventes, destacando que “as pessoas feridas por resíduos explosivos de guerra (REG) não são diferentes das vítimas da minas ... portanto, os sobreviventes aos REG devem ser incluídos nos programas de saúde e sobre incapacidade ao nível nacional<sup>16</sup>.”

## 3. Fundo Voluntário da ONU para vítimas de tortura

O Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas de Tortura é um exemplo de como os Estados deveriam estabelecer fundos semelhantes para os sobreviventes de violência armada de guerra<sup>17</sup>. Através de um fundo como este, poder-se-ia canalizar apoio às ONG que assistem directamente os incapacitados e traumatizados pela má utilização de armas de fogo. O Fundo das Nações Unidas para as Vítimas de Tortura foi criado em 1981 e concede financiamentos a ONG que se dedicam a actividades e serviços relacionados com as vítimas de tortura e as suas famílias. Através do apoio de governos, como o Governo do EUA, que em 2002 atribuiu 5 milhões de dólares, milhares de vítimas de tortura recebem assistência que, de outra forma, lhes seria inacessível. Este modelo constitui, no mínimo, um exemplo sobre o qual se deve reflectir.

## Desafios e oportunidades

O desenvolvimento de cuidados específicos na assistência aos sobreviventes teve o seu ponto de partida fundamental no quadro do Tratado para a Proibição das Minas Antipessoais, mas muitas destas recomendações são também relevantes para outras categorias de sobreviventes<sup>18</sup>.

<sup>15</sup> Afeganistão, Albânia, Angola, Bósnia-Herzegovina, Burundi, Camboja, Chade, Colômbia, Croácia, República Democrática do Congo, El Salvador, Eritreia, Etiópia, Guiné-Bissau, Moçambique, Nicarágua, Peru, Senegal, Sérvia-Montenegro, Sudão, Tajiquistão, Tailândia, Uganda e Iémen.

<sup>16</sup> South Africa, *Explosive Remnants of War: Victim assistance*, CCW/GGE/IV/WG.1/WP.2, 10 Março 2003

<sup>17</sup> Para mais informação ver:

[www.ohchr.org/english/about/funds/torture](http://www.ohchr.org/english/about/funds/torture).

<sup>18</sup> Relatório Final da Primeira Reunião de Acompanhamento dos Estados Parte do Tratado sobre Eliminação de Minas Antipessoais APLC/CONF/2004/5, 9 de Fevereiro de 2005, no parágrafo 66: “o esforço para implementar o Tratado resultou numa perspectiva comum de que os pedidos para assistir as vítimas de minas antipessoais não deve levar a que não sejam consideradas para assistência as pessoas vitimadas de outras formas que através das minas.”

As iniciativas, programas e fundos existentes podem ser aplicados também aos sobreviventes de violência relacionada com armas em cenários de guerra e de pós-conflito. Tendo em conta que os mesmos representantes dos governos participam frequentemente em diferentes processos de controlo de armas, não parece impossível conseguir algum grau de coordenação entre estes. Os esforços e iniciativas de coordenação em cenários pós-conflito podem ser melhorados através da Comissão das Nações Unidas para a Construção da Paz. Criada em Dezembro de 2005, surge como espaço para “reunir recursos à disposição da comunidade internacional para aconselhar e propor estratégias integradas de recuperação pós-conflito, prestando particular atenção à reconstrução, à criação de instituições e ao desenvolvimento sustentável, em países saídos de um conflito”<sup>19</sup>. É de destacar que um pequeno grupo de

<sup>19</sup> UNGA Res A/RES/60/180, 30 Dezembro 2005. Para mais informação ver ainda: [www.un.org/peace/peacebuilding/](http://www.un.org/peace/peacebuilding/).

## ■ Opinião Sobreviver a violência armada na Guatemala

O salário médio na Guatemala é de \$350 (USD) por mês e estima-se que 30% dos guatemaltecos com idade superior a 15 anos seja analfabeto.<sup>1</sup> Os cidadãos com incapacidades têm um acesso reduzido ou nenhum acesso a serviços de saúde e recebem pouco ou nenhum apoio financeiro por parte do governo da Guatemala – são as famílias ou os próprios indivíduos que assumem essa responsabilidade. Em 2002 os gastos com a saúde ascenderam a \$199 per capita, sendo a maior parte proveniente de fundos privados e não públicos.<sup>2</sup>

A violência armada é responsável pela incapacitação de um número significativo de pessoas: “A relação entre o uso de armas de fogo e incapacidade física é simples e bastante visível na Guatemala. Muitas das pessoas que não são vítimas mortais de armas de fogo ficam incapacitadas para sempre.”<sup>3</sup>

Em 2005 registaram-se 5500 homicídios na Guatemala, 80% provocados por armas de fogo, representando os homens 80% das vítimas – dados

<sup>1</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2005), Relatório de Desenvolvimento Humano 2005: *International cooperation at a crossroads: Aid, trade and security in an unequal world*. PNUD, Nova Iorque, p. 221

<sup>2</sup> *Relatório de Desenvolvimento Humano 2005*, p. 238

<sup>3</sup> Godnick, William (1999), *Victimas o Sobrevivientes: Dealing with the public health consequences of firearm violence in Guatemala*. SAND, disponível em:

<http://sand.miiis.edu/research/1999/feb1999/Vctimas.pdf>

apoio foi convidado a recolher “boas práticas no que diz respeito a questões transversais de construção da paz” – garantidamente, a assistência aos sobreviventes deveria ser uma das questões. Finalmente, a criação de sistemas de vigilância sobre a incapacitação e traumas causados por armas ligeiras facilitaria a recolha de informação fiável para melhorar o desenvolvimento de políticas. É necessária mais investigação orientada para a acção que possa ajudar a identificar as necessidades dos sobreviventes de violência armada e a efectividade dos programas que procuram responder-lhe.

*Este artigo foi escrito por Cate Buchanan e Mireille Widmer do Centre for Humanitarian Dialogue. Para mais recursos, ver Missing Pieces, publicação sobre assistência a sobreviventes de violência armada. Disponível em Inglês, Francês, Espanhol e Árabe em [www.hdcentre.org](http://www.hdcentre.org)*

consistentes com as estatísticas globais da mesma natureza.<sup>4</sup>

A guerra civil da Guatemala, que teve lugar entre 1970 e 1996 e na qual perderam a vida entre 150 000 e 200 000 pessoas (na sua maioria indígenas maias rurais) contribuiu em especial para os elevados índices de violência que se verificam hoje no país.

Existem cerca de 210 000 armas registadas legalmente. Mas estima-se que estejam em circulação entre 1.5 e 2 milhões de armas ilegais.<sup>5</sup> A disponibilidade descontrolada e o mau uso de armas deve-se aos esforços incompletos de desarmamento do pós-guerra (foram recolhidas menos de 2000 armas após os Acordos de Paz)<sup>6</sup>, a frágil regulação e aplicação nacionais relativamente ao acesso a armas, tráfico de drogas e actividade de gangs disseminada: cada um destes motivos constitui um desafio para a Guatemala, em particular, e para a América Central, em geral.

Actualmente o país constitui um dos mais violentos na região, com estatísticas que o colocam entre El Salvador e a Colômbia: a taxa de homicídios com armas de fogo por 100,000 habitantes era de, em 2005, 30.82, com algumas regiões onde se registou uma taxa total de homicídios acima dos 100.<sup>7</sup> Apesar de se ter verificado um declínio de mortes por armas de fogo dois anos após a assinatura dos acordos de

<sup>4</sup> Henríquez, Alex (2006), ‘Los 20,000 km más letales’. San Salvador, *La Prensa Gráfica*.

<sup>5</sup> IEPADES (undated), *Small arms in Guatemala*, disponível em: [www.iepades.org/docs/SmallArms.pdf](http://www.iepades.org/docs/SmallArms.pdf)

<sup>6</sup> Laurence, Edward J. e William H. Godnick, *Weapons collection in Central America: El Salvador and Guatemala*, disponível em: [www.sand.miiis.edu](http://www.sand.miiis.edu)

<sup>7</sup> Henríquez, Alex (2006), ‘Los 20,000 km más letales’. San Salvador, *La Prensa Gráfica*.

paz, este numero logo começou a aumentar, de novo. Ao mesmo tempo, verificou-se uma substituição da violência rural pela violência urbana: “Durante a guerra civil a maioria da violência restringiu-se as áreas rurais, com população maioritariamente indígena. No pós-guerra a violência social afecta cada vez mais a classe media urbana e sectores mais ricos da sociedade, sendo frequentes os assaltos e os sequestros”.<sup>8</sup>

Em grande medida como resposta a esta situação a *Transitions Foundation* tem vindo a oferecer, desde 1993, apoio médico e psicossocial aos guatemaltecos vítimas de violência armada e de outros crimes violentos, e que vivem com incapacidades. Cerca de 20% dos pacientes da Fundação é incapacitada ou ficou traumatizada em resultado de ferimentos com armas de fogo – perpetrados por gangs, pela guerra civil ou acidentes.

A *Transitions Foundation* providencia cadeiras de rodas e próteses, bem como outros conselhos médicos, ajudando as pessoas a adquirir meios para se movimentarem e para participarem nas suas comunidades. A Fundação, que conta com uma equipa permanente de cinco pessoas e 20 residentes com ajudas de custo, oferece bolsas de estudos e tenta colocar pessoas incapacitadas em escolas públicas e privadas. São oferecidas capacitações laborais na loja de cadeiras de rodas (pessoas em cadeiras de rodas construindo as próprias cadeiras); numa gráfica; e no depósito onde os contentores com material médico e outro tipo de material proveniente dos Estados Unidos chegam, são marcados e distribuídos. São também providenciados outros tipos de bens essenciais para assegurar que os indivíduos têm acesso a recursos e que podem desenvolver o seu potencial.

A *Transitions* foi criada por John Bell e Alex Galvez – ele próprio um sobrevivente de violência armada. Quando era adolescente, no início dos anos 90, caminhava no seu bairro quando foi apanhado num confronto entre dois gangs. Em poucos minutos deixou de sentir abaixo da ferida de bala, no ombro.

<sup>8</sup> Godnick, William, com Robert Muggah e Camilla Waszink (2002), *Stray Bullets: The impact of small arms misuse in Central America*. Small Arms Survey, Genebra, pp. 18–22. (Occasional Paper No. 5), p. 18

Ficou no hospital mais de um ano com a bala alojada na coluna, e rapidamente desenvolveu úlceras e infecções. Os médicos não dispunham nem do equipamento nem da experiência para o tratarem de forma adequada.

John Bell, um professor de educação especial dos Estados Unidos, que estudava espanhol na Guatemala, tornou-se amigo de Alex nas suas visitas voluntárias semanais ao hospital. Cedo se apercebeu que Alex iria morrer se permanecesse naquelas condições e literalmente carregou Alex para fora do hospital. John conseguiu que Alex fosse operado e tratado num hospital em Washington DC. Alex, que falava apenas espanhol quando chegou a Washington, passou os 18 meses seguintes em reabilitação.

O tempo passado em Washington foi passado a aprender a viver numa cadeira de rodas, a falar inglês, informática, artes gráficas e pintura, e basquete. Nos Estados Unidos Alex aprendeu que viver com uma incapacidade não significava necessariamente que a sua vida tinha acabado. Quis partilhar estas experiências com outros guatemaltecos incapacitados. Em conjunto com John, Alex regressou a Guatemala e pôs a render a sua experiência, dando início a Fundação. “O objectivo da *Transitions* é tratar da pessoa, não apenas da sua incapacidade,” afirma Alex.

Tendo em conta a escassez de recursos, a *Transitions* conseguiu muito em muito pouco tempo, garantindo os serviços necessários para dar apoio a sobreviventes de violência armada. Mas a situação da Guatemala não é a única. São necessários mais recursos para criar e desenvolver serviços de apoio aos sobreviventes da violência armada e com outros tipos de traumas, que deveriam, em última análise, ser garantidos pelo governo. Apesar de se ter progredido ao nível global, com a Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Incapacidades, poderiam ser feitas articulações com programas de desenvolvimento internacional de forma a garantir apoio aos que lidam com este aspecto do flagelo das armas de fogo.

*Este artigo foi escrito por Tom Baroch da Transition Foundation. Visite-os em [www.transitionsfoundation.com](http://www.transitionsfoundation.com)*

## PARABÉNS

### Ao Fundo Leahy de vítimas de Guerra da USAID

A USAID tem um programa para sobreviventes de violência armada que merece atenção e multiplicação. Através do apoio e assistência a organizações nacionais e internacionais e ONG, a USAID distribui, anualmente, cerca de 14 milhões de dólares para assistir os sobreviventes de violência de guerra. Com um nome escolhido em honra do Senador Patrick Leahy, que contribuiu para a sua criação, o Fundo para as Vítimas da Guerra centra-se em serviços de qualidade aos feridos de guerra de forma a facilitar o seu regresso ao trabalho e à vida em comunidade. Presta particular atenção à assistência ortopédica num quadro de integração social e económica dos incapacitados, e trabalha para reforçar as políticas nacionais sobre incapacidade em vários países, incluindo Angola, Sri Lanka, Líbano, Nicarágua e Senegal. O trabalho do fundo pretende particularmente incluir pessoas com incapacidade nas actividades de desenvolvimento e implementação. O Fundo de Vítimas de Guerra é um modelo a considerar para outras agências doadoras e governos.

Para mais informações: [www.usaid.gov/our\\_work/humanitarian\\_assistance/the\\_funds/lwvf/](http://www.usaid.gov/our_work/humanitarian_assistance/the_funds/lwvf/)

## ■ Opinião

### 'Agora não é o momento': sobreviventes e o processo da ONU sobre controlo de armas de fogo

A assistência a vítimas de violência armada encontra-se ainda na 'etapa inicial' do processo da ONU sobre controlo de armas de fogo, caracterizando-se por uma ausência significativa de pesquisa e informação relevante para políticas e complexificado pelo amplo conjunto de contextos em que a violência armada ocorre. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), "os dados globais sobre o impacto das armas de fogo na saúde de indivíduos estão longe de ser completos. Mas os dados disponíveis revelam que centenas de milhares de pessoas são mortas em cada ano por essas armas. E milhões sobrevivem aos ferimentos por elas provocados, mas ficam com incapacidades físicas permanentes e problemas de saúde mental"<sup>1</sup>.

Apesar de a responsabilidade última pelo apoio aos sobreviventes ser dos Estados, poderia ser dado um apoio e atenção mais consistentes, e maior legitimidade, se fossem dados sinais ao nível global – através da inclusão das necessidades de sobreviventes em instrumentos internacionais, por exemplo. Em relação ao controlo de armas de fogo, este tema só começou a receber alguma atenção muito recentemente. Em Outubro de 2005, um documento inicial de uma resolução veiculada pela Holanda levado ao Primeiro Comité da Assembleia Geral da ONU (sobre segurança e desarmamento) afirmava que "quando se lida com a questão das armas ligeiras e de pequeno porte, os Estados deveriam explorar formas de responder de modo mais eficaz aos seu impacto humanitário e no desenvolvimento, [levando em consideração] a necessidade de cuidados e assistência adequados às vítimas da violência armada, incluindo o apoio à reintegração social e económica"<sup>2</sup>. Lamentavelmente esta referência foi cortada ao longo das várias negociações.<sup>3</sup>

As referências aos sobreviventes foram também deixadas de lado na recente reunião da ONU (de 9 a 20 de Janeiro de 2006, em Nova Iorque), de preparação para a conferência de revisão dos cinco anos do Programa de Acção (2001) sobre armas de

fogo, que terá lugar em Junho/Julho de 2006.<sup>4</sup> Foi posto a circular pelo Canadá um documento sobre assistência a sobreviventes,<sup>5</sup> com outras referências feitas a este tema pela Índia, Japão, Quênia, Indonésia, Noruega e México. Liderados pela Colômbia, nove Estados latino-americanos reuniram-se para sugerir a criação de programas de apoio a vítimas enquanto parte de um proposto mecanismo permanente de assistência e cooperação. O Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD) salientou também a necessidade de "colmatar necessidades com recursos (financeiros e técnicos) para lidar com os impactos humanitários e de desenvolvimento associados ao tráfico ilícito de armas de fogo, incluindo a garantia de assistência as vítimas." Surpreendentemente foram incluídas recomendações detalhadas no resumo do Presidente no final da reunião, identificando algumas opções para políticas a ter em consideração na Conferência de Revisão.<sup>6</sup> É essencial que o processo das Nações Unidas sobre armas ligeiras siga os passos dos processos sobre eliminação das minas anti-pessoais e explosivos de guerra e reconheça as necessidades dos sobreviventes da violência armada. A Conferência de Revisão de Julho de 2006 constituirá uma oportunidade de ouro para corrigir esta omissão. Além disso, a linguagem usada e acordada nos processos já referidos pode ser adaptada e adoptada. A Primeira Conferência de Revisão do Tratado de Eliminação de Minas Anti-pessoais levou a cabo uma importante tarefa, ao definir os conceitos de "vítima" e "assistência a vítimas" (salientando que o termo 'sobrevivente' tem uma conotação mais positiva do que 'vítima'), e identificou seis prioridades nesta área.<sup>7</sup> Reconheceu também que "os indivíduos directamente afectados por minas são um subgrupo de um conjunto mais amplo de pessoas com feridas e incapacidades...o apelo ao apoio de vítimas de minas anti-pessoais não deve ter como consequência a exclusão do apoio a pessoas feridas ou incapacitadas em virtude de outros meios."<sup>8</sup> É importante reconhecer as diferentes

<sup>4</sup> Ver *Overview of governmental statements made at the small arms PrepCon*, 9-17 Janeiro 2006, Nova Iorque, disponível em: [www.hdcentre.org/Small%20Arms%20Occasional%20papers](http://www.hdcentre.org/Small%20Arms%20Occasional%20papers)

<sup>5</sup> Disponível em: [www.un.org/events/smallarms2006/offdocs-prep.html](http://www.un.org/events/smallarms2006/offdocs-prep.html)

<sup>6</sup> Disponível em:

[www.un.org/events/smallarms2006/pdf/CRP.17.pdf](http://www.un.org/events/smallarms2006/pdf/CRP.17.pdf)

<sup>7</sup> Estas são: entender a abrangência do desafio enfrentado; cuidado médico de emergência e continuado; reabilitação física, incluindo fisioterapia, próteses e serviços de auxílio; apoio psicológico e reintegração social, reintegração económica; e a criação e implementação de leis e políticas públicas relevantes. Ver o *Final report of the First Review Conference of the States Parties to the Convention on the Prohibition of the Use, Stockpiling, Production and Transfer of Anti-Personnel Mines and on their Destruction*, Documento APLC/CONF/2004/5, para. 69.

<sup>8</sup> Relatório Final da Primeira Conferência de Revisão, para. 65-66.

<sup>1</sup> OMS (2001), Declarações para a Conferência da ONU sobre Comercio Ilícito de Armas Ligeiras em Todos os seus Aspectos. Distribuído a 13 de Julho de 2001, Dr. Etienne Krug

<sup>2</sup> Draft res. A/C.1/60/L.34 de 12 Outubro 2005

<sup>3</sup> Para saber mais sobre esta resolução (A/RES/60/68) consultar a análise do CHD sobre o Primeiro Comité, de Dezembro de 2005, disponível em [www.hdcentre.org/UN+First+Committee+%28Disarmament%29+2005](http://www.hdcentre.org/UN+First+Committee+%28Disarmament%29+2005)

possibilidades e desafios dos Estados para responder ao direito de assistência dos sobreviventes de violência armada. Uma vez mais, o processo sobre minas anti-pessoais constituiu um precedente importante, uma vez que na Primeira Conferência de Revisão foram identificados 24 países particularmente afectados para os quais deveria ser canalizada assistência de forma prioritária.<sup>9</sup> Identificar um conjunto de Estados fortemente afectados pela violência armada seria um passo importante para pensar em medidas práticas. Áreas chave para a acção incluem:

<sup>9</sup> Relatório Final da Primeira Conferência de Revisão, para. 85.

- Verificar onde existem falhas nos serviços oferecidos e inclui-las nos Planos Nacionais de Acção de controlo de armas;
- Investir na capacitação sobre respostas ao trauma;
- Apoiar pesquisas orientadas para a acção que contribuam com informações para influenciar políticas;
- Reforçar os laços entre o processo sobre armas de fogo da ONU e a acção sobre prevenção de ferimentos e assistência às vítimas, incluindo pessoas com incapacidades;
- Implementar as nove recomendações do *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*.

## ■ Nas suas próprias palavras O que pode fazer a comunidade internacional para melhor responder às necessidades dos sobreviventes da violência armada?

**Embaixador Philip Richard Owade**, Missão Permanente do Quênia, Genebra

Um grande primeiro passo para os governos implicados nos vários processos de controlo de armas, particularmente o processo de controlo de armas ligeiras das Nações Unidas, seria o de reunir esforços para reconhecer os muitos milhões de pessoas que são vítimas do abuso de utilização de armas. É neste sentido que, no contexto das regiões dos Grandes Lagos e do Corno de África, onde os países acordaram uma plataforma de entendimento para lidar com o problema, o Governo do Quênia tem vindo a desempenhar um papel de liderança. Acreditamos que aqueles que são incapacitados ou traumatizados devido ao uso de armas deveriam constituir um alvo privilegiado da assistência sócio-económica e reabilitação. Além disso, os sobreviventes de violência armada são um elemento fundamental nos esforços de prevenção da violência. A Conferência de Revisão do Programa de Acção das Nações Unidas sobre armas ligeiras, de Junho de 2006, será uma óptima oportunidade para os Estados e a sociedade civil começarem a trabalhar em conjunto para melhor compreender e responder às necessidades daqueles que sobrevivem à violência armada. Esperamos que o documento que daí sairá analise minuciosamente as dimensões humanitárias do problema das armas ligeiras ilícitas.

**Kirsten Young**, Landmine Survivor Network  
[www.landminesurvivors.org](http://www.landminesurvivors.org)

Muitas vezes considera-se a assistência aos sobreviventes como algo misterioso e impenetrável, quando, de facto, a questão é muito simples. As

questões às quais é preciso responder são: que necessidades específicas tem este indivíduo? E, em segundo lugar, existem necessidades especiais que advêm da incapacidade do mesmo? Não se trata apenas de um braço ou uma perna falsos, trata-se também de uma inclusão completa na sociedade. Isto implica vários aspectos: civis, políticos, sociais, económicos e culturais. Frequentemente os programas de assistência aos sobreviventes não reflectem esta abordagem ampla, mas são sobretudo abordagens parciais que correm o risco de se tornarem inúteis e insustentáveis.

**Hans Petter Husum**, Trauma Care Foundation, Noruega  
[www.traumacare.no](http://www.traumacare.no)

A Trauma Care Foundation trabalha com comunidades afectadas pela violência em países de baixo rendimento em todo o mundo. Os governos deveriam ter como uma das preocupações chave a melhor compreensão das necessidades daqueles que sobrevivem às guerras e aos campos minados, guerras estas que não foram desejadas por eles. É urgente promover a investigação orientada para a acção e um direccionamento da ajuda dos doadores para agências (operacionais) que possam documentar os seus resultados, no que diz respeito aos seus esforços de redução das incapacidades e mortes evitáveis. Este esforço concertado é já tardio.

**Xavier Torres Correa**, Federação Nacional de Equatorianos com Incapacidades Físicas, Equador  
Acredito que o mais importante é a sensibilização para a realidade do uso e comércio indiscriminado de armas de fogo, da falta de controlo e todas as consequências que daí advêm, como a morte e incapacidades com contornos devastadores. Se não fosse a grande disponibilidade de armas, eu não teria sido ferido aos 26 anos, confinado a uma cadeira de rodas a vida toda. Acredito que existem muitos interesses económicos e políticos que impedem os controlos necessários. Seria importante parar a produção e venda de armas, para que os recursos económicos pudessem ser investidos

em alimentação, educação, saúde, trabalho – demonstrando solidariedade para com as pessoas

necessitadas, para que estas não se sintam mais forçadas a pegar em armas como forma de sustento.

## ▀ Síntese das Notícias

### Peritos terminam o Rascunho da Convenção sobre Armas Ligeiras da ECOWAS

Peritos africanos, europeus e norte-americanos aprovaram o rascunho da Convenção sobre Armas Ligeiras da Comunidade Económica da África Ocidental (ECOWAS) no dia 15 de Março de 2006. A Convenção irá substituir a Moratória da África Ocidental sobre a Produção, Importação e Exportação de Armas Ligeiras, adoptada em 1998, e prevê a proibição de transferência de armas para grupos armados não estatais; impõe severas restrições à posse civil de armas de fogo; e inclui um mecanismo de sanção e monitorização em caso de violação do estabelecido. Um relatório anual irá também ‘nomear e envergonhar’ os que não cumprirem o estabelecido. O Rascunho da Convenção deverá ser formalmente adoptado em Junho de 2006.

### Congo-Brazzaville: Financiamento do Banco Mundial ajudará a desarmar 30 mil ex-combatentes

O Banco Mundial e a República do Congo assinaram um acordo para um financiamento de 17 milhões de dólares para desarmar, desmobilizar e reintegrar 30 mil antigos combatentes no país. Ao abrigo do programa de desmobilização os ex-combatentes receberão capacitação vocacional, serão ajudados a encontrar empregos e receberão apoio médico e social. Os fundos serão também usados para reconstruir infra-estruturas básicas em comunidades e para proceder a reformas na polícia e no exército.

Fonte: IRIN News, 4 Janeiro 2006

### Estudo sobre o Médio Oriente revela que as atitudes em relação às armas estão a mudar

Um estudo recente revelou que os jovens libaneses, palestinianos e sudaneses querem regulações de controlo de armas mais severas. O estudo, levado a cabo ao longo dos últimos seis meses pela *Middle East North Africa Network on Small Arms*, incluiu a distribuição de questionários a cerca de 200 pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 35 anos em Beirute, capital do Líbano, no vale Bekaa e no sul; em Ramallah e na Faixa de Gaza, e na área de al-Haj Yousif, próximo de Cartum (com um número elevado de deslocados internos). O estudo revela que as atitudes podem estar a mudar nesta região, caracterizada pela posse alargada de armas de fogo e por crenças de que a segurança é garantida pela tribo ou família, e não por uma autoridade central.

Fonte: IRIN News, 1 Março 2006

### Fontes de armas inesperadas para os Talibãs

Ao longo dos últimos meses grupos anti-governamentais das províncias do sul do Afeganistão aumentaram os ataques a unidades do exército e da polícia, bem como a forças militares internacionais. Vários oficiais e comentadores afirmaram que estes são treinados em campos e bases no Paquistão. No entanto, ataques na região norte indicam que o apoio logístico aos talibãs possa estar a vir de uma fonte improvável: dos seus antigos rivais na chamada Aliança do Norte. “As nossas informações revelam-nos que sempre que os ataques aumentam no sul, o preço das armas aumenta, no norte,” afirmou o General Abdul Khalil, chefe da divisão da polícia do norte. As autoridades militares estimam que existam mais de um milhão de armas apenas nas províncias do norte. Os líderes locais são agora o alvo das tentativas de desarmamento. No entanto, o porta-voz do Ministério da Defesa, o General Zahir Azimi, reconhece que o exército e a polícia não sabem exactamente quantas armas ainda existem nem o local em que se encontram. “Trata-se de indivíduos armados, e as suas armas não têm registo no Ministério da Defesa,” afirma. “É possível que estas armas estejam a ser enviadas de um local para o outro.”

Fonte: Institute for War & Peace Reporting, 12 Março 2006

### 100 dias para a Conferência de Revisão sobre Armas Ligeiras, em Julho

No dia 16 de Março foi lançada pelos membros da Campanha *Control Arms* (Amnistia Internacional, Oxfam e IANSA) a contagem decrescente dos 100 dias para a Conferência de Revisão sobre Armas Ligeiras de Julho. Ao longo de 100 dias activistas de 80 países organizarão marchas, concertos e actividades para pressionar os seus governos a apoiar um controlo internacional de armas mais duro. No primeiro dia foi lançado um novo relatório sobre embargos de armas, que pretende mostrar como os embargos de armas da ONU têm sido sistematicamente violados ao longo dos últimos 10 anos. Para além disso, Prémios Nobel e figuras públicas, como o Arcebispo Desmond Tutu, Mary Robinson (antiga Alta Comissária para os Direitos Humanos), Arundhati Roy (escritora e activista) e o General Romeo Dallaire (antigo comandante das Forças da ONU no Ruanda) assinaram uma carta aberta para os meios de comunicação, pedindo aos governos que apoiassem um tratado internacional de comércio de armas.

Fonte: [www.controlarms.org](http://www.controlarms.org)

### **Conferência de Durban sobre prevenção de lesões com armas de fogo**

Nas vésperas da Conferência Mundial sobre Prevenção de Lesões foi realizada uma pré-conferência intitulada “*Driving change: Developing firearms policy for safer societies?*” (Conduzir a mudança: desenvolver políticas de controlo de armas para sociedades mais seguras) em Durban, África do Sul, nos dias 31 de Março e 1 de Abril. 60 participantes de 15 países adoptaram um documento que reforça o papel e a responsabilidade do sector de saúde pública em moldar a acção global sobre a redução e prevenção de violência armada. Para mais informações sobre o documento, consultar [www.smallarmsnet.org/events/2006/precon06statement.pdf](http://www.smallarmsnet.org/events/2006/precon06statement.pdf)

O **Centre for Humanitarian Dialogue** é uma organização imparcial e independente, com sede em Genebra (Suíça), que tem como objectivo dialogar sobre questões humanitárias, a resolução de conflitos armados e a minimização do seu impacto nas pessoas. O Centro facilita um diálogo informal a alto nível entre os princípios protagonistas dos conflitos armados e outras organizações interessadas, como ONG e agências da ONU.

Este trabalho completa-se mediante a investigação e esforços políticos para passar à acção em questões humanitárias actuais como a natureza dos grupos armados não estatais, técnicas de mediação, economia de guerra, o império da lei e a disponibilidade de armas.

Em 2001 o Centro criou o Programa sobre armas ligeiras e segurança humana, que abrange vários projectos que têm como objectivo compreender melhor o custo humano da disponibilidade e uso indevido de armas e procurar opções para actuar sobre essa questão.

Centre for Humanitarian Dialogue  
114 rue de Lausanne  
1202 Genebra, Suíça  
Telefone: +41.22.908.1130  
Fax: +41.22.908.1140  
Correio electrónico: [info@hdcentre.org](mailto:info@hdcentre.org)  
Web: [www.hdcentre.org](http://www.hdcentre.org)

Todos os direitos reservados.  
Os direitos de autor desta publicação são propriedade do Centre for Humanitarian Dialogue.

## Subscreva a nossa mailing list

- Quero receber uma notificação por e-mail do *Boletim sobre Armas Ligeiras* bem como sobre outros eventos e publicações do Centre for Humanitarian Dialogue.
- Quero receber uma cópia do Boletim (por favor indique a língua e a quantidade)  
\_\_ Inglês \_\_ Francês \_\_ Espanhol \_\_ Árabe \_\_ Português

Nome \_\_\_\_\_

Organização \_\_\_\_\_

Direcção \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Código postal \_\_\_\_\_

País \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_

Fax \_\_\_\_\_

Web Site \_\_\_\_\_

Correio electrónico \_\_\_\_\_

Por favor, copie e reenvie este formulário e envie-o para Mireille Widmer, Centre for Humanitarian Dialogue, 114 rue de Lausanne, 1202 Genebra, Suíça. Pode também enviá-lo por correio electrónico para [widmer@hdcentre.org](mailto:widmer@hdcentre.org) ou por fax para +41.22.908.1140.



**Directora**  
Cate Buchanan ([cateb@hdcentre.org](mailto:cateb@hdcentre.org))

**Desenho e produção**  
Richard Jones ([rmjones@onetel.com](mailto:rmjones@onetel.com))  
Exile: Desenho e serviços editoriais